

Algumas observações:

Os textos abaixo servem apenas como referências para o estudo da matéria de História visando à recuperação do quarto bimestre/2012. Em nenhuma hipótese o aluno deve abdicar dos outros materiais (livro-texto, caderno de exercícios, apostila nº 3 do Revisanglo, antigas provas, exercícios etc). As fontes dos textos seguem ao final de cada um. Algumas partes foram complementadas e/ou suprimidas com o objetivo de direcionar o estudo aos elementos mais importantes. O material também está disponível para *download* no **I-História** (<http://www.i-historia.com/2012/12/material-de-apoio-para-recuperacao-do-4.html>)

O IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX

Por: Leandro Carvalho

O imperialismo é a principal causa da miséria econômica de países africanos e asiáticos atualmente

O imperialismo ou neocolonialismo do século XIX se constituiu como movimento de domínio, conquista e exploração política e econômica das nações industrializadas europeias (Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Holanda) sobre os continentes africano e asiático.

A “partilha” da África e da Ásia se deu fundamentalmente no século XIX (pelos europeus), mas continuou durante o século XX. No decorrer deste, os Estados Unidos e o Japão ascenderam industrialmente e exerceram sua influência imperialista na América e na Ásia, respectivamente.

A “corrida” com fins de “partilha” da África e da Ásia, realizada pelas potências imperialistas, aconteceu por dois principais objetivos: **1º)** a busca por mercados consumidores (para os produtos industrializados); **2º)** a exploração de matéria-prima (para produção de mercadorias nas indústrias). A industrialização europeia se acentuou principalmente após as inovações técnicas provenientes da 2ª fase da Revolução Industrial.

O domínio da África e da Ásia, exercido pelos países industrializados, teve duas principais formas: **1ª)** a dominação política e econômica direta (os próprios europeus governavam); **2ª)** a dominação política e econômica indireta (as elites nativas governavam). Mas como as potências imperialistas legitimaram o domínio, a conquista, a submissão e a exploração de dois continentes inteiros?

A principal hipótese para a legitimação do domínio imperialista europeu sobre a África e a Ásia foi a utilização ideológica de teorias raciais europeias provenientes do século XIX. As que mais se destacaram foram o evolucionismo social e o darwinismo social.

Um dos discursos ideológicos que “legitimariam” o processo de domínio e exploração dos europeus sobre asiáticos e africanos seria o evolucionismo social. Tal teoria classificava as sociedades em três etapas evolutivas: **1ª)** bárbara; **2ª)** primitiva; **3ª)** civilizada. Os europeus se consideravam integrantes da 3ª etapa (civilizada) e classificavam os asiáticos como primitivos e

através da qual asiáticos e africanos tinham de ser dominados. Sendo assim, estariam estes assimilando a cultura europeia, podendo ascender nas etapas de evolução da sociedade e alcançar o estágio de civilizados.

O domínio colonial, a conquista e a submissão de continentes inteiros foram legal e moralmente aceitos. Desse modo, os europeus tinham o dever de fazer tais sociedades evoluírem.

O darwinismo social se caracterizou como outra teoria que legitimou o discurso ideológico europeu para dominar outros continentes. O darwinismo social compactuava com a ideia de que a teoria da evolução das espécies (Darwin) poderia ser aplicada à sociedade. Tal teoria difundia o propósito de que na luta pela vida somente as nações e as raças mais fortes e capazes sobreviveriam.

A partir de então, os europeus difundiram a ideia de que o imperialismo, ou neocolonialismo, seria uma missão civilizatória de uma raça superior branca europeia que levaria a civilização (tecnologia, formas de governo, religião cristã, ciência) para outros lugares. Segundo o discurso ideológico dessas teorias raciais, o europeu era o modelo ideal/ padrão de sociedade, no qual as outras sociedades deveriam se espelhar. Para a África e a Ásia conseguirem evoluir suas sociedades para a etapa civilizatória, seria imprescindível ter o contato com a civilização europeia.

Hoje sabemos que o evolucionismo social e o darwinismo social não possuem nenhum embasamento ou legitimidade científica, mas no contexto histórico do século XIX foram ativamente utilizados para legitimar o imperialismo, ou seja, a submissão, o domínio e a exploração de continentes inteiros.

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/darwinismo-social-imperialismo-no-seculo-xix.htm> Acesso em 05 dez. 2012.

Outra fonte: *O imperialismo americano no século XIX*. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_Imperialismo_Americano_no_sec._XIX.pdf Acesso em 05 dez. 2012.

Adaptado de **O pensamento político do século XIX**

Por: *Marcus Vinícius*

Liberalismo

O liberalismo tem suas origens na filosofia iluminista, expandindo-se pela Europa após a Revolução Francesa.

O liberalismo propunha, no plano econômico, a liberdade de produzir, vender e comprar, onde, quando e como a burguesia quisesse. A liberdade dos empresários traria assim, segundo um dos principais teóricos do pensamento liberal, Adam Smith, a riqueza das nações.

No plano político, o liberalismo significou a liberdade individual, a formação de governos representativos e constitucionais, a garantia legal da propriedade e da liberdade do pensamento.

O Socialismo Utópico

Diante das graves consequências sociais da Revolução Industrial; vários pensadores e intelectuais propuseram as mais variadas soluções. O socialismo utópico recebeu tal

denominação porque o que seus defensores propunham era irrealizável, ou seja, não funcionava na prática.

Roberto Owen, por exemplo, era um capitalista com ideais humanitários. Em suas fábricas, reduziu a jornada de trabalho dos operários, procurou melhorar suas habitações organizou escolas e creches, Seus empreendimentos fracassaram, porém seus ideais humanitários influenciaram os reformadores sociais que vieram depois

O Socialismo Científico

Em 1848, os alemães Karl Marx e Frederic Engels publicaram uma obra revolucionária: "O Manifesto Comunista". Eis algumas características da obra:

- A história das humanidades, com exceção das comunidades primitivas, tem sido a história das lutas de classes. Na antiguidade, havia um conflito entre **cidadão livres e escravos**; Na Idade Média, **senhores feudais e os servos da gleba** e, na época de Marx, **a burguesia dominava economicamente o proletariado**.
- Os proletariados deveriam se organizar e, através de uma revolução, tomar o poder, quando o proletariado destruiria o modo de produção capitalista e instituiria o socialismo que seria a transição para uma sociedade comunista. Daí porque pregava a união do proletariado: "*Proletários do mundo todo, uni-vos!*"

Essa frase de transição Marx denominava-se de ditadura do proletariado. Depois disso, acreditava ele que a mesa daria lugar a uma sociedade sem classes, o comunismo. E esta seria uma sociedade na qual os meios de produção pertenceriam "a todos", isto é, ao povo. Em tal sociedade, "cada um trabalharia de acordo com sua capacidade e ganharia de acordo com suas necessidades".

Fonte: <http://www.algosobre.com.br/historia/grandes-correntes-do-pensamento-do-seculo-xix-as.html> Acesso em 05 dez. 2012.

A economia cafeeira

Por: Rainer Sousa

A história da economia durante o Segundo Reinado perpassa inevitavelmente pelo processo de expansão de um novo gênero agrícola: o café. Desde os meados do século XVIII esse produto era considerado uma especiaria entre os consumidores europeus. Ao longo desse período, o seu consumo ganhou proporções cada vez mais consideráveis. De acordo com alguns estudiosos, essa planta chegou ao Brasil pela Guiana Francesa nas mãos do tenente-coronel Francisco de Melo Palheta.

Na segunda metade do século XVIII, por volta de 1760, foram registrados os primeiros relatos noticiando a formação de plantações na cidade do Rio de Janeiro. Na região da Baixada Fluminense as melhores condições de plantio foram encontradas ao longo de uma série de pântanos e brejos ali encontrados. No final desse mesmo século, as regiões cariocas da Tijuca, do Corcovado e do morro da Gávea estavam completamente tomadas pelas plantações de café.

O pioneirismo das plantações cariocas alcançou toda a região do Vale do Paraíba, sendo o principal espaço de produção até a década de 1870. Reproduzindo a mesma dinâmica produtiva do período colonial, essas plantações foram sustentadas por meio de latifúndios monocultores dominados pela mão-de-obra escrava. As propriedades contavam com uma pequena roça de

gêneros alimentícios destinados ao consumo interno, sendo as demais terras inteiramente voltadas para a produção do café.

A produção fluminense, dependente de uma exploração sistemática das terras, logo começaria a sentir seus primeiros sinais de crise. Ao mesmo tempo, a proibição do tráfico de escravos, em 1850, inviabilizou os moldes produtivos que inauguraram a produção cafeeira do Brasil. No entanto, nesse meio tempo, a região do Oeste Paulista ofereceu condições para que a produção do café continuasse a crescer significativamente.

Os cafeicultores paulistas deram uma outra dinâmica à produção do café incorporando diferentes parcelas da economia capitalista. A mentalidade fortemente empresarial desses fazendeiros introduziu novas tecnologias e formas de plantio favoráveis a uma nova expansão cafeeira. Muitos deles investiam no mercado de ações, dedicavam-se a atividades comerciais urbanas e na indústria. Para suprir a falta de escravos atraíram mão-de-obra de imigrantes europeus e recorriam a empréstimos bancários para financiar as futuras plantações.

O curto espaço de tempo em que a produção cafeeira se estabeleceu foi suficiente para encerrar as constantes crises econômicas observadas desde o Primeiro Reinado. Depois de se fixar nos mercados da Europa, o café brasileiro também conquistou o paladar dos norte-americanos, fazendo com que os Estados Unidos se tornassem nosso principal mercado consumidor. Ao longo dessa trajetória de ascensão, o café, nos finais do século XIX, representou mais da metade dos ganhos com exportação.

A adoção da mão-de-obra assalariada, na principal atividade econômica do período, trouxe uma nova dinâmica à nossa economia interna. Ao mesmo tempo, o grande acúmulo de capitais obtido com a venda do café possibilitou o investimento em infra-estrutura (estradas, ferrovias...) e o nascimento de novos setores de investimento econômico no comércio e nas indústrias. Nesse sentido, o café contribuiu para o processo de urbanização do Brasil.

A predominância desse produto na economia nacional ainda apresenta resultados significativos no cenário econômico contemporâneo. Somente nas primeiras décadas do século XX que o café perdeu espaço para outros ramos da economia nacional. Mesmo assinalando um período de crescimento da nossa economia, o café concentrou um grande contingente de capitais, preservando os traços excessivamente agrários e excludentes da economia nacional.

Outra Fonte: *A economia cafeeira*. Disponível em <http://www.nilsonmoraes.pro.br/nut/Nut-Eco-1pdf.pdf> Acesso em 05 dez. 2012.

O Golpe da maioria

Por: Tiago Ferreira da Silva

A partida do imperador D. Pedro I à Europa e sua abdicação ao trono havia provocado muitas revoltas nos territórios brasileiros, principalmente pela incerteza política gerada durante o Período Regencial. O filho do imperador, Pedro II, não podia assumir o reinado porque ainda era uma criança de 5 anos quando seu pai deixou o poder em 1831.

Somavam-se às incertezas os distintos interesses dos liberais e conservadores; enquanto os liberais pretendiam criar governos regionais mais autônomos com a eleição de assembleias legislativas, os conservadores mantinham a rígida posição de que a monarquia centralizadora era a solução mais apropriada para conter e evitar as possíveis revoltas que surgiriam posteriormente.

Os liberais criaram em 1834 o Ato Adicional, para permitir que governos locais pudessem criar suas próprias assembleias e servir aos interesses das políticas provinciais. Em 1840, os conservadores perceberam que deviam ter uma posição mais participativa no governo para conter as inúmeras revoltas que aconteceram neste período e criaram a Lei Interpretativa do Ato Adicional, que enfraquecia a autonomia das assembleias e dava ao império centralizador poder maior de interferência nos governos provinciais.

Diante de uma instabilidade política cada vez mais evidente com o estouro de revoltas populares, os dois partidos chegaram à conclusão de que a ordem deveria ser mantida. Os liberais e conservadores chegaram ao consenso de que somente a antecipação de Pedro II ao trono poderia dar um fim à instabilidade gerada.

Antônio Carlos de Andrada e Silva, do Partido Liberal, levou adiante a ideia de um grupo secretamente criado grupo por José Martiniano Alencar, o Clube da Maioridade, contando com o apoio da imprensa e de alguns manifestantes para pressionar o Senado a votar a favor da antecipação da maioria de D. Pedro II, que tinha somente 14 anos na época. Este fato ficou conhecido como o Golpe da Maioridade.

Os liberais apoiaram a antecipação da maioria para conseguirem cargos mais elevados durante seu governo e consolidar uma força política mais sólida, enquanto os conservadores estavam mais preocupados em garantir a segurança de um território brasileiro sem revoltas populares e mudanças no sistema hierárquico. Ambos os interesses só podiam ser atingidos com a força de uma monarquia centralizadora, refletida no jovem imperador D. Pedro II.

Os conservadores não se opuseram à medida e foram pressionados a apoiar os liberais após a declaração do jovem D. Pedro II na Câmara, em julho de 1840, dando início ao Segundo Reinado no Brasil.

Fonte: <http://www.historiabrasileira.com/periodo-regencial/golpe-da-maioridade/> Acesso em 05 dez. 2012.

A campanha abolicionista

Movimento social e político ocorrido entre 1870 e 1888, que defendia o fim da escravidão no Brasil.

Termina com a promulgação da Lei Áurea, que extingue o regime escravista originário da colonização do Brasil. A escravidão havia começado a declinar com o fim do tráfico de escravos em 1850.

Abolição da Escravatura no Brasil

Progressivamente, imigrantes europeus assalariados substituem os escravos no mercado de trabalho.

Mas é só a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) que o movimento abolicionista ganha impulso.

Milhares de ex-escravos que retornam da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, se recusam a voltar à condição anterior e sofrem a pressão dos antigos donos. O problema social torna-se uma questão política para a elite dirigente do Segundo Reinado.

Lei do Ventre Livre

O Partido Liberal, de oposição, compromete-se publicamente com a causa, mas é o gabinete do visconde do Rio Branco, do Partido Conservador, que promulga a primeira lei abolicionista, a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. De poucos efeitos práticos, ela dá liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mas os mantém sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. Em defesa da lei, o visconde do Rio Branco apresenta a escravidão como uma "instituição injuriosa", que prejudica, sobretudo, a imagem externa do país.

Campanha abolicionista

Em 1880, políticos e intelectuais importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, criam, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo país. Da mesma forma, o jornal O Abolicionista e o manifesto

O Abolicionismo, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, servem de modelo a outras publicações antiescravistas. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e parlamentares engajam-se no movimento e arrecadam fundos para pagamento de cartas de alforria, documento que concedia liberdade ao escravo. O país é tomado pela causa abolicionista. Em 1884, o Ceará antecipa-se e decreta o fim da escravidão em seu território.

Lei dos Sexagenários

A decisão cearense aumenta a pressão da opinião pública sobre as autoridades federais. Em 1885, o governo cede mais um pouco e promulga a Lei Saraiva-Cotegipe. Conhecida como Lei dos Sexagenários, ela liberta os escravos com mais de 60 anos, mediante compensações a seus proprietários. A lei não apresenta resultados significativos, já que poucos cativos atingem essa idade e os que sobrevivem não têm de onde tirar o sustento sozinhos.

Os escravizados, que sempre resistiram ao cativeiro, passam a participar ativamente do movimento, fugindo das fazendas e buscando a liberdade nas cidades.

No interior de São Paulo, liderados pelo mulato Antônio Bento e seus caifazes (nome tirado de uma personalidade bíblica, o sumo-sacerdote judeu Caifaz), milhares deles escapam das fazendas e instalam-se no Quilombo do Jabaquara, em Santos.

A esta altura, a campanha abolicionista mistura-se à republicana e ganha um reforço importante: o Exército. Descontentes com o Império, os militares pedem publicamente para não mais ser utilizados na captura dos fugitivos. Do exterior, sobretudo da Europa, chegam apelos e manifestos favoráveis ao fim da escravidão.

Lei Áurea

Em 13 de maio de 1888, o governo imperial rende-se às pressões, e a princesa Isabel assina a Lei Áurea, que extingue a escravidão no Brasil.

A decisão desagrade aos fazendeiros, que exigem indenizações pela perda de seus "bens". Como não as conseguem, aderem ao movimento republicano como forma de pressão.

Ao abandonar o regime escravista e os proprietários de escravos, o Império perde a última coluna de sustentação política.

O fim da escravatura, porém, não melhora a condição social e econômica dos ex-escravos. Sem formação escolar nem profissão definida, para a maioria deles a simples emancipação jurídica não muda sua condição subalterna, muito menos ajuda a promover sua cidadania ou ascensão social.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/abolicao-da-escravatura-no-brasil/abolicao-da-escravatura-no-brasil.php> Acesso em 05 dez. 2012.